

ENTRE A FARDA E A MORAL POSITIVISTA: O PAPEL DA GUARDA MUNICIPAL DE LAJEADO (1891-1905)

Tuani de Cristo¹, Márcia Solange Volkmer²

Resumo: Nas últimas décadas a historiografia militar tem conquistado espaço no meio acadêmico, por meio da Nova História Militar. Essa nova vertente tem buscado novos conceitos, análises e o estudo dos sujeitos, fazendo com que a história militar deixe de ser apenas uma narrativa das grandes guerras. Diante disto, o objetivo deste trabalho é analisar qual o papel que a Guarda Municipal de Lajeado teve para a segurança do município entre 1891 e 1905, assim como compreender qual a interferência da política comtista seguida pelo Rio Grande do Sul, em relação a este corpo militar. A metodologia utilizada fundamenta-se em uma análise descritiva e qualitativa dos documentos, assim como a utilização dos métodos da micro-história e do paradigma indiciário. A Guarda Municipal de Lajeado foi fundada em 1891, logo após a emancipação do município, mas inicialmente a instituição teve pouco reconhecimento das autoridades políticas, o que dificultou o seu trabalho. Podemos afirmar que o projeto republicano teve muitas influências no trabalho exercido pelos integrantes da Guarda.

Palavras-chave: República. Segurança. Soldados. Guarda Municipal.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, a historiografia brasileira tem buscado novas temáticas para escrever a história do país, e isto se deve principalmente pelo desenvolvimento da História Nova. Neste contexto, a história das instituições militares e de segurança pública vem sendo analisada pelos historiadores a partir de uma diversidade de fontes, com o intuito de compreender as relações sociais que as constituem. Conforme Mancuso (2008), a temática militar por longo tempo foi vista como uma história política, já que os militares tiveram participações em vários momentos definidores da política nacional. Entretanto, com os historiadores dedicados ao estudo dos aspectos

1 Acadêmica do Curso de História do Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, RS. tuanidecristo@gmail.com

2 Doutora em História, professora do Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, RS. marciavolkmer@gmail.com

socioculturais, surgem novos campos antes não explorados, e a história militar passou a ter espaço na historiografia, deixando de ser vinculada apenas à história política.

A partir dos anos de 1980, surge na historiografia um novo campo na história militar, denominado de Nova História Militar, que passou a se debruçar sobre novas temáticas referentes a essa instituição, deixando de falar apenas em guerras, trazendo para a perspectiva histórica os sujeitos, novos conceitos e abordagens (HESPANHA *apud* PASSINI FILHO, 2015). Pela Nova História Militar o foco deixou de ser a guerra e passou a ser as relações entre instituições militares e a sociedade. Passou-se a analisar as relações dos sujeitos militares entre si e/ou com o “mundo externo”, os conflitos, revoltas, alianças, relações políticas, culturais e econômicas. Com este novo método de estudar a história militar, a interdisciplinaridade teve grande influência realizando conexões com a antropologia e sociologia (PASSINI FILHO, 2015). Ainda conforme o referido autor, é preciso tornar visível a história dos sujeitos “comuns” que faziam parte dessas instituições, relatando o cotidiano, a rotina, suas dificuldades em realizar o trabalho a que estavam encarregados, ou seja, deixar de lado a história dos generais para trazer à tona os verdadeiros combatentes.

A partir de Bloch (2001), compreendemos que são os homens que fazem a história das instituições, o que nos leva a analisar os sujeitos que fizeram parte da Guarda Municipal para compreender a sua importância social e política para o período. Destarte, fundamentado na Nova História Militar, este trabalho visa a compreender qual o papel da Guarda Municipal de Lajeado/RS entre os anos de 1891 e 1905, destacando a sua formação durante o governo de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros³ no estado gaúcho.

Para realizarmos este estudo nos fundamentamos na micro-história, um método que possibilita ao historiador reduzir a sua escala de análise, isto é, o recorte do pesquisador se dá exatamente conforme os seus questionamentos aos documentos, aumentando as possibilidades de interpretação do objeto, assim como a realização de analogias com o seu contexto. “Ou, em outras palavras, o historiador levaria muito longe as suas associações, encontrando correspondências e analogias para além dos marcos de seu *corpus* documental” (PESAVENTO, 2004, p. 181).

A partir disso, podemos compreender quais as interferências da política republicana nacional e provincial no cotidiano da Guarda Municipal de Lajeado. Entretanto, ressaltamos que as Guardas Municipais já existiam no Brasil no período Imperial. Inicialmente levantamos a hipótese de que as Guardas Municipais que atuaram no Rio Grande do Sul seguiram a cartilha positivista implantada por Júlio de Castilhos. Para podermos comprovar esta

3 Júlio de Castilhos governou o estado do Rio Grande do Sul entre 1891 e 1898, sendo substituído por Borges de Medeiros que governou o estado entre 1898 e 1928.

relação nos baseamos no paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1987). O método indiciário auxilia na busca por pistas na documentação, contribuindo para a observação dos detalhes que para muitos parecem ser insignificantes. Esse elemento será importante para analisar a identidade do grupo, já que os documentos não nos dizem o que os componentes da Guarda Municipal pensavam sobre eles, mas por meio de seus relatos é possível buscar essas pistas e tecer uma hipótese sobre esta identidade.

O CONTEXTO IMPERIAL E A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Durante o período imperial, o café tornou-se aos poucos o principal produto de exportação do Brasil. O principal estado cafeeiro era São Paulo, que passava a concentrar um grande número de fazendas e mão de obra escrava para o cultivo deste produto, tornando-se uma das províncias mais ricas e fortes politicamente. O Vale do Paraíba era tradicional na produção do café, contudo, aos poucos as terras se tornaram insuficientes e as fazendas de café se alastram para o oeste paulista e com elas, “os novos produtores de café” carregavam outra mentalidade, dita mais moderna (LOPEZ, 1980).

A oligarquia brasileira, os senhores do café e do açúcar, enviava os seus filhos para estudar na Europa, conseqüentemente estes retornavam para o país com outras concepções políticas e econômicas. A Europa passava por transformações desde o século XVII e com o capitalismo em voga, a industrialização, a urbanização e o trabalho assalariado tornaram-se sinônimos de modernidade. Ao que tange à política, as monarquias já estavam em queda desde a Revolução Francesa, por conseguinte os estados nacionais republicanos estavam sendo concebidos no continente europeu.

Neste contexto, os filhos da oligarquia retornaram ao Brasil desejando pôr em prática o que haviam estudado, expandindo as fazendas de café para o oeste paulista. Estes “novos oligarcas” traziam novos conceitos desenvolvimentistas para a América, como os desejos por industrialização e utilização da mão de obra assalariada. Ferrovias, novas tecnologias e trabalhadores fizeram com que os centros urbanos brasileiros se desenvolvessem. Com a urbanização veio a pressão da Inglaterra para que o Brasil abolisse a escravidão. Entretanto, a elite paulista não aceitou essas ideias modernizantes no primeiro momento. Conforme Lopez (1980) a modernização e industrialização do denominado “interior” e das cidades, expandiu o comércio urbano, surgindo novos grupos sociais que almejavam direitos políticos. Para o referido autor, a República se instalara no Brasil mais pelo fracasso do Império do que por adeptos ao sistema republicano, o qual era desejo das novas elites.

Inicialmente surgiram distintos projetos de “República” entre os grupos sociais que a almejavam. No entanto, conforme Fernandes (2008) estas ideias não eram bem definidas, sendo que o principal desejo dos republicanos, nesta

primeira instância, era o fim da monarquia. Com o passar do tempo, os projetos se esclareceram, alguns se tornaram mais radicais, com a participação popular e abolição da escravatura, e outros bem conservadores.

Neste panorama político é que a República foi proclamada em 1889, sem participação popular e realizada por militares com o auxílio da elite. Esta aliança foi inédita, visto que ambos os grupos raramente concordavam politicamente (FERNANDES, 2008). Entretanto, essa aproximação não ocorreu por decorrência de concordâncias políticas, pois o exército era monarquista, principalmente Deodoro da Fonseca, o proclamador da República brasileira. Porém, a decepção do Marechal e de grande parte dos militares com a Guerra do Paraguai e as promessas não cumpridas pelo Imperador, fizeram com que o Brasil se tornasse uma República.

Havia dentre todos esses distintos ideais republicanos, o positivismo, que conforme Fernandes (2008, p. 194) era justamente o projeto que desejava essa aproximação com os militares, pois possuíam “[...] a crença no poder da Ciência, a defesa de uma educação de caráter técnico e prático – coisa que praticamente só os militares tinham no Brasil”. Esta aliança foi essencial para os republicanos que não sabiam como derrubar o Império, pois os militares tinham a força que eles necessitavam. Todavia, ressalta-se que apenas uma minoria dos militares era a favor da República.

A TEORIA POSITIVISTA DE AUGUSTO COMTE NO BRASIL

A filosofia positivista foi elaborada por Auguste Comte no século XIX e adotada pelos republicanos no Brasil. Comte acreditava que a sociedade como um todo não vivenciava o mesmo “grau de evolução”, isto é, algumas civilizações eram superiores às outras. Ele estabeleceu que todos os grupos humanos devem passar por três estágios de civilização: Teológica, Metafísica e Científica.

Na primeira categoria, a Teológica, o homem explica o mundo que vive através das relações com o sobrenatural, já a Metafísica seria uma categoria de transição entre a Teologia e o Positivismo, isto é, adotava explicações baseadas na natureza, mas ainda tem resquícios da primeira etapa. Por fim, na terceira categoria, a Cientificidade, era considerada como a ideal, pois o homem seria totalmente racional (SANTOS, 2005).

A constituição da ciência seria produto do desenvolvimento da razão na história. Como, para Comte, a forma de conhecimento é sempre relativa ao grau de desenvolvimento da organização social, a preponderância da ciência só poderia concretizar-se no momento em que se desse a união espontânea e necessária da razão com a realidade (ALONSO, 2007, p. 148).

A partir destas teorias que surgiram no contexto europeu do século XIX, passou-se a afirmar que a sociedade europeia era superior às demais, o que justificou a dominação exercida sob outros povos, seja na América, na África e na Ásia. Comte acreditava que essa “evolução” ocorreria de forma “natural”, pois as sociedades humanas caminhavam rumo à civilização científica. Para ele o desenvolvimento da natureza humana, a organização social e o conhecimento humano estão interligados, deste modo se ocorresse alguma evolução em um desses três campos, os demais também se desenvolveriam (ALONSO, 2007).

Contudo, com o passar do tempo, ele mesmo percebeu que esse “progresso humano”, em alguns locais e grupos, precisava ser “forçado”, pois não era algo tão natural como ele acreditava. Destarte, Comte fundou a política positivista, em que propunha alcançar o emocional das pessoas para impor o novo regime. “A democracia é, então, apresentada como uma das ilusões metafísicas condenadas ao desaparecimento; o regime político da humanidade futura deve ser uma ditadura positiva, comandada por uma ‘classe de sábios’” (ALONSO, 2007, p. 149). A partir disso, Comte propõe um projeto político-científico de civilização que será seguido no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul através dos governos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.

Para Soares (2007), depois do Rio de Janeiro foi o Rio Grande do Sul o estado mais fiel à cartilha positivista proposta por Comte, seguindo nos campos políticos, científicos, religiosos e estéticos. A República prometia ser o sistema de governo que iria conduzir o Brasil rumo ao progresso e à modernidade (PACHECO, 2006).

O POSITIVISMO NO RIO GRANDE DO SUL

Precedente à instalação da República, o Rio Grande do Sul era uma província brasileira dominada economicamente e politicamente por grandes estancieiros. Estes, quando estavam insatisfeitos com a política do governo central, buscavam por meio da luta armada, obter os seus desejos políticos. Com a chegada dos imigrantes açorianos, alemães e italianos, nos séculos XVIII e XIX, a província gaúcha, que já era ocupada por indígenas, negros e mestiços, passou a ser composta por novos grupos sociais.

Os estancieiros gaúchos apesar de possuírem o poder político e econômico do Rio Grande do Sul, constantemente reclamavam da política centralizadora instituída pelo governo imperial brasileiro. A denominada “Revolução Farroupilha”, por exemplo, foi consequência dessa insatisfação. Os presidentes de províncias eram nomeados pelo Imperador, com o objetivo de tentar diminuir os poderes regionais e concentrá-los em suas mãos (PICCOLO; VIZENTINI, 1979).

Entretanto, esses estancieiros sempre detiveram o poder, mesmo que durante a política imperial eles fossem contrariados pelo representante do Imperador, o presidente da província. Com base em Foucault (2008),

compreendemos que não é o Estado que detém o poder, pois ele é apenas o efeito de um regime de governabilidades múltiplas. Deste modo, interpretamos que mesmo que os estancieiros estivessem insatisfeitos com o governo central eles ainda detinham poder (exemplo disso são os “exércitos particulares” que possuíam).

O poder econômico desses grandes estancieiros era oriundo da “indústria do charque”, já que o Rio Grande do Sul era um dos principais fornecedores deste produto para o restante do país. Conforme Pesavento (1993), esses pecuaristas detinham poder regional, porém não possuíam poder político nacional, o que os afastava das decisões centrais. Não é o foco deste estudo analisar em detalhes a constituição deste grupo social ou a economia gaúcha durante o Império. Nosso objetivo é demonstrar como o estado chegou à República, possibilitando através do governo de Júlio de Castilhos a ascensão das Guardas Municipais. No entanto, a compreensão desse contexto é fundamental.

A partir da imigração alemã e italiana, o Rio Grande do Sul passou a produzir produtos primários que abasteciam tanto a economia do estado quanto o mercado nacional, gerando o desenvolvimento de casas comerciais em Porto Alegre (PESAVENTO, 1993). Contudo, a estrutura socioeconômica e política do estado necessitava de mudanças, visto que:

[...] os novos grupos que surgiram – pequenos agricultores independentes, comerciantes e artesãos – eram subordinados à dominação que emanava da zona da campanha. Suas possibilidades de atuação política eram quase nulas, pois os latifundiários pecuaristas controlavam o poder público. Na verdade, sua ação restringia-se apenas às Câmaras Municipais (PESAVENTO, 1993, p. 201).

Estes sujeitos passaram a apoiar o partido que estava no governo, com o intuito de se opor aos pecuaristas, já que estes é que de fato tinham os seus interesses políticos atendidos. Neste ínterim, a urbanização crescia, em decorrência da chegada dos imigrantes e das profissões liberais, porém os sujeitos das cidades não tinham tanta força política quanto os estancieiros (PESAVENTO, 1993).

Neste contexto, momentos antes da proclamação da República, o Rio Grande do Sul era governado pelo Partido Liberal, mas todos sentiam que era preciso mudar o país assim como o estado, inserindo-os no capitalismo, na modernidade. O Partido Republicano Rio-grandense se propõe a realizar essas transformações e representar os novos grupos emergentes.

Assim estruturado, o grupo político emergente se dispôs a realizar, em seu programa, a modernização econômica, social e política exigida. Agrupando parte da classe pecuarista dominante, setores médios urbanos e parte do colonato, o PRR oferecia uma alternativa

de adequação de estrutura política às necessidades da estrutura econômico-social (PESAVENTO, 1993, p. 205).

Conforme Pacheco (2006), no Rio Grande do Sul ocorria um movimento inverso do que ocorria no centro do país, pois no estado gaúcho foram os conservadores que ingressaram no PRR⁴, já no centro, foram os liberais que aderiram ao movimento republicano. Os republicanos foram sagazes ao utilizar a imprensa para divulgar os ideais do partido. No caso do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos foi o grande mentor desta propaganda, pois escrevia no jornal “A Federação”. Foi neste cenário de disputas políticas que o Brasil se tornou uma República e o Rio Grande do Sul passou a ser governado pelo PRR, não sem sofrer tentativas de golpes, como é o caso da Revolução Federalista (1893-1895).

A FORMAÇÃO DE LAJEADO E DA GUARDA MUNICIPAL NO FINAL DO SÉCULO XIX

O município de Lajeado está localizado atualmente na região denominada de Vale do Taquari, situado na região central do Rio Grande do Sul. Durante o período imperial, Lajeado denominava-se Santo Inácio de Lajeado, caracterizando-se por ser o segundo distrito da freguesia de Santo Antônio de Estrela (SCHIERHOLT, 1992). A população do povoado de Santo Inácio de Lajeado era formada basicamente por descendentes de imigrantes alemães e portugueses, com profissões variadas, principalmente ligadas à agricultura e pequenas atividades industriais.

Lajeado se emancipou em um período conturbado da política brasileira, visto que o Brasil havia destituído o poder imperial de D. Pedro II em 1889, instituindo a República. No mesmo ano de fundação do município, 1891, assumia o poder no Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, fundamentando no positivismo, um projeto político desenvolvimentista que não agradava a elite pecuarista já bastante acostumada com o poder político e econômico no estado.

Conforme Pesavento (1983), os primeiros governos republicanos do Brasil foram formados por militares⁵ que com o apoio do Exército tentaram rechaçar as revoltas e afirmar a República⁶. Após a queda de Deodoro da Fonseca do governo central, Júlio de Castilhos também foi retirado da presidência no

4 Pacheco ressalta que no RS os conservadores aderem ao PRR com o intuito de lutar contra o Partido Liberal que governava o estado neste período. Além disso, quando a República foi proclamada no Brasil, os liberais se puseram contra os republicanos.

5 O que não é o caso do Rio Grande do Sul, visto que Júlio de Castilhos não tinha formação militar, mas sim na área de Direito.

6 Destacamos que enquanto os paulistas desejavam a saída dos militares do governo nacional para que eles pudessem assumi-lo, o PRR liderado por Castilhos era aliado do exército.

Rio Grande do Sul. Entretanto, Castilhos ficou pouco tempo fora do governo, pois Floriano Peixoto, o novo presidente do Brasil, aliara-se com o PRR e Júlio de Castilhos retornou ao poder.

Nestes primeiros anos de República ocorreu no governo de Júlio de Castilhos a guerra civil mais sangrenta do país, a Revolução Federalista (1893-1895). Após reassumir o governo, Júlio de Castilhos deu início à perseguição dos liberais, reorganizou a Guarda Civil tentando assegurar a “ordem” do estado, contudo a guerra se tornou inevitável. A partir desta instabilidade política dos primeiros anos da República brasileira e principalmente do governo castilhista no Rio Grande do Sul, tornou-se fundamental disciplinar a população em prol da República, com o objetivo de assegurar a continuidade deste projeto⁷.

Foi neste cenário de disputas políticas que Lajeado realizou os seus primeiros passos como vila independente de Estrela. Sendo necessário manter a ordem de seus cidadãos e a segurança e organização do novo município, logo no primeiro ano da emancipação formou-se a Guarda Municipal. Conforme a Constituição do Rio Grande do Sul do ano de 1891 (p. 80): “Art.70 – Haverá em cada município uma guarda municipal, incumbida do policiamento. Ao intendente compete organizá-la, distribuí-la, dispor dela, conforme as exigências do serviço, não excedendo a despesa consignada no orçamento”.

Para Mauch (2004), essa reorganização da polícia em territórios brasileiros a partir da República pode ser compreendida como uma tentativa do governo republicano em “conhecer, vigiar e impor” uma nova ordem e configuração das cidades urbanas. Enquanto o governo republicano esteve no poder, uma das principais preocupações era a de manter a ordem entre a população, tanto no que tange o Brasil quanto no que se refere ao Rio Grande do Sul, nos governos de Júlio de Castilhos (1891-1898) e Borges de Medeiros (1898-1928).

Para os republicanos fundamentados em Comte, a República deveria ser como comunidades, isto é, extensões das famílias (CARVALHO, 1990). Deste modo, baseados nesta ideia, a ordem nas cidades deveria ser prioridade, visto que, no contexto da República, para “evoluir” era necessário que todos, como uma família, trabalhassem em prol deste “projeto”. O que nos leva a destacar os possíveis papéis que as Guardas Municipais exerciam para que a República se firmasse, assegurando a tranquilidade dos cidadãos e os elementos defendidos para a efetivação deste novo projeto nacional.

Conforme Mauch (2004), com a República ocorreu uma reorganização do policiamento urbano, com o objetivo de vigiar e impor uma nova organização dos espaços urbanos e de seus habitantes. A partir disso destacamos que conforme Foucault (1983), a instituição prisão foi criada no final do século

7 Ressalta-se que o lema do novo governo permanece em nossa bandeira até os dias atuais “Ordem e Progresso”.

XVIII e início do XIX, marcando um momento importante da história, visto que esta foi utilizada pela burguesia como um mecanismo disciplinar para fundamentar o seu poder. Entendemos que isto vai ao encontro do projeto republicano instalado no Brasil e no Rio Grande do Sul, onde “vigiar e punir” eram essenciais para a manutenção da República.

Neste trabalho pretende-se analisar a atuação da Guarda Municipal de Lajeado entre os anos de 1891 e 1905, entretanto, esta força policial já existia antes da proclamação da República no país. É o que analisa Silva (2011), ao abordar a Guarda Urbana do Recife no período Imperial, demonstrando como os corpos policiais foram se tornando de responsabilidade pública e não mais exércitos particulares.

As instituições militares (exército, milícias e ordenanças) à disposição do recente Estado brasileiro eram bem pouco confiáveis. Além de se constituírem em um legado dos tempos coloniais e do governo absolutista do imperador abdicatário, muitas vezes seus componentes esqueciam a ordem legal e promoviam motins e quarteladas ou engrossavam os grupos de revoltosos nos tumultos de rua e revoltas populares (SILVA, 2011, p. 01).

O referido autor destaca que em 1832 os políticos de Pernambuco discutiam a criação das Guardas Municipais Voluntárias e quem deveria comandá-las, se os oficiais civis ou militares. Ficou decidido neste mesmo ano que os comandantes das Guardas Municipais seriam escolhidos entre os paisanos e oficiais da 2ª linha que detinham a confiança do governo pernambucano. Com esses relatos de Silva (2011), destacamos a atuação das Guardas Municipais ainda no período imperial, assim como em outras províncias do Brasil.

No século XIX os países europeus já estavam tornando o seu policiamento uma questão de âmbito municipal e o Brasil seguia neste mesmo ritmo. Por meio da Constituição Federal de 1824, pelo artigo 169, foram atribuídas diversas funções às Câmaras Municipais, dentre elas a organização do policiamento brasileiro (JÚNIOR, 2013).

No que pertine ao formato “Guarda”, o Decreto Regencial de 10 de outubro de 1831 é o marco legal, pelo qual foi criado o “Corpo de Guardas do Rio de Janeiro”, com previsão para que as demais províncias brasileiras também criassem suas Guardas, sendo que a partir deste ano vários Estados aderiram ao Decreto (JÚNIOR, 2013, p. 41-42).

Ainda conforme o referido autor, foi em 1866 que ocorreu o surgimento da expressão “Guarda” para realizar o policiamento das cidades urbanas e prevenir os crimes, denominada Guarda Urbana. Para Campos (2013), foi a

ineficácia da Guarda Real de Polícia⁸ em conter as crises do século XIX que levaram a sua extinção em 1866 e a consequente criação da Guarda Municipal Permanente. Já Cruz (2013) destaca que no período da Regência foram criadas as Guardas Municipais de Voluntários Permanentes em cada Província do país, com o intuito de conter as manifestações que ocorriam naquele momento.

Com a Proclamação da República, a segurança pública, defesa da segurança e liberdade dos cidadãos passou a ser de responsabilidade dos municípios. Conforme já descrito anteriormente, no Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos assume o governo e com um projeto fundamentado em Comte, acreditava que para a província gaúcha progredir materialmente e moralmente era necessário que o Estado mantivesse a ordem e a segurança da população. “Cabia ao Estado velar pela ordem pública e pela moralização dos indivíduos, o que se daria pelo reforço das instituições políticas gaúchas” (MAUCH, 2004, p. 141).

A referida autora salienta que durante os primeiros anos do governo castilhista, com o advento da Revolução Federalista e a instabilidade política do Rio Grande do Sul, coube à Guarda Municipal de Porto Alegre executar a segurança pública e manter a ordem da capital. A Guarda Municipal era um corpo militarizado.

O alistamento do pessoal era voluntário, só necessitando o aspirante ao posto ser aprovado pela inspeção de saúde, apresentar atestado de moralidade assinado por um cidadão idôneo, ser brasileiro nato ou naturalizado e ter idade entre 18 e 45 anos. Seria dada preferência aos voluntários que soubessem ler e escrever e já tivessem servido em outras corporações militares (MAUCH, 2004, p. 142).

Percebe-se que as Guardas Municipais têm atuado no Brasil desde o período imperial, com o intuito de evitar qualquer tipo de “atentado” contra a ordem pública, principalmente no período da Primeira República. Deste modo, a Guarda Municipal de Lajeado foi criada após a proclamação da República, seguindo o que foi determinado por Júlio de Castilhos na Constituição estadual. Ademais, foi um mecanismo encontrado para estabelecer uma força militar que assegurasse a ordem do município neste período de instabilidade política (SCHIERHOLT, 1992).

Em situações de extrema urgência, como guerras, as Guardas Municipais seriam incorporadas à força pública estadual, o que de fato ocorreu na Revolução Federalista (1893-1895) (MAUCH, 2011). Este conflito teve seus reflexos no Vale do Taquari, causando a atuação da Guarda Municipal durante a guerra, com o objetivo de manter a ordem e realizar prisões dos federalistas (SCHIERHOLT,

8 A Guarda Real de Polícia foi criada logo após a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, com o intuito de aprisionar escravos fugitivos, desordeiros e criminosos (CRUZ, 2013).

1989). No ano de 1894 a Guarda Municipal de Lajeado era comandada por Adolfo Schreiner e composta por cerca de 30 praças (SCHIERHOLT, 1992). Na presente pesquisa, foram analisados os juramentos de admissão aos cargos da Guarda Municipal, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Cargos ocupados na Guarda Municipal de Lajeado (1893-1905)

Postos	Nomes	Datas dos contratos
Comandante da Guarda Municipal	Juvenal Porto de Siqueira	1 de Março de 1893
Comandante da Guarda Municipal	João Mathias Noschong	1 de Maio de 1893
Comandante interino da Guarda Municipal	Firmino Dias Lopes	25 de Junho de 1894
Comandante da Guarda Municipal	Adolfo Schreiner	1 de Agosto de 1894
Ajudante da Guarda Municipal	Vicente*	9 de Junho de 1902
Comandante da Guarda Municipal	Nicolau Alexandre Bekenstein	16 de setembro 1903
Sargento da Guarda Municipal	Luiz Alexandre de**	4 de Março de 1904
Comandante	Adolfo Schreiner	9 de Novembro 1905

Fonte: Livro para lançar termos de compromisso do Município de Lajeado (1893-1907). Arquivo Histórico Municipal, Lajeado: Códice 45. * Sobrenome ilegível. ** Sobrenome ilegível.

Nestes juramentos encontramos apenas a admissão de cargos considerados mais importantes na hierarquia militar, ou seja, não temos acesso aos nomes dos praças. Deduzimos que seja porque esses cargos eram nomeados pela Intendência, enquanto os praças eram apenas voluntários, como descreveu Mauch (2004) em sua pesquisa sobre o policiamento de Porto Alegre.

Quem pagava as despesas de manutenção deste corpo militar era o município, entretanto, conforme documentação analisada, até o ano de 1902, quando o Coronel Francisco Oscar Karnal assume a Intendência do município, a Guarda Municipal não era muito valorizada (RELATÓRIO, 1902). O comandante da Guarda, no ano de 1902, realizou um relatório em que descreve quais eram as condições de trabalho deste corpo para enviá-lo ao intendente. Nesse documento, reconhece haver maior atenção por parte das autoridades políticas.

Ao assumirdes o governo do município, além dos múltiplos serviços que acobertavam então, exigindo a vossa atenção, fostes logo solícito no aperfeiçoamento desta pequena fração da força pública, dando-lhes uma feição digna diante dos olhos de suas congêneres e elevando-as de maneira que hoje se acha compenetrada de verdadeiro fim a que destina ao município, merecendo assim inteira

confiança das autoridades e, por consequência, a paz de toda a população deste município (RELATÓRIO de 1902).

Percebe-se a preocupação do coronel em primeiramente agradecer o novo intendente, mas em seguida, neste mesmo documento, dá início à descrição dos diversos problemas que estava enfrentado na administração desta Guarda. No ano de 1902 a Guarda Municipal de Lajeado era composta por treze membros, sendo que dez ocupavam o cargo de guardas.

Tabela 2 – Membros da Guarda Municipal de Lajeado em 1902

Postos	Nomes	Datas dos contratos	Condutas
Capitão comandante	Adolfo Schreiner		
Sargento	Vicente*	Nomeado a 11 de junho de 1902	
Cabo assistente	Francisco Antônio da Silva	Contratado por dois anos a 19-03-1902	Ótima
Guarda	João Antônio Pereira	Idem 7 de Maio de 1902	Dispensado a 19 de junho de 1902
Guarda	(?)** Antônio Pedroso	Idem a por 1 ano a 1º de janeiro de 1902	Regular
Guarda	Adálio Antônio Alves	Idem por 2 anos a 14 de maio de 1902	Dia 1º de outubro de 1902
Guarda	Bento Lopes da Costa	Idem. Idem a 19 de Março de 1902	Boa
Guarda	João Esperança Rodrigues	Idem por um ano a 1-1-1902	Boa
Guarda	Leandro Marques de Rocha	Inova-se (?)***	Não se pode prever juízo seguro
Guarda	Antônio Bernardo da Costa	Contratado por um ano a 1-05-1902	Idem
Guarda	Francisco Santos	Idem – Idem – a 7 de janeiro de 1902	Ótima
Guarda	Manoel da Silva	Idem por 2 anos de 10 de maio de 1902	Não me parece muito boa, mas não posso dizer o contrário
Guarda	Theodoro Honorato de Souza	Idem – Início a 19 de junho de 1902	Boa

Fonte: Relatório da Guarda Municipal de Lajeado. Arquivo Histórico Municipal, Lajeado: Documentação Avulsa – Correspondência Expedida - Diversos, Maço 1 e 2, 1902. * Sobrenome ilegível. ** Primeiro nome ilegível. *** Ilegível.

Ao relacionar os dados da tabela de oficiais que realizaram o juramento para o cargo e esta tabela de 1902, onde estão todos os empregados da Guarda Municipal, chama a atenção o fato de o capitão comandante deste ano ser o mesmo do ano de 1894, ou seja, Adolfo Schreiner. Trata-se do único capitão

que permaneceu no cargo por um longo tempo, o que leva a questionar a representatividade deste indivíduo em relação aos demais que seriam rapidamente substituídos. Será que as mudanças desses comandantes teriam relação com a instabilidade política? Também poderiam ser pelas más condições de trabalho da Guarda Municipal, visto que o comandante que descreve o relatório explicita os diversos problemas com armamentos, fardamentos e até mesmo montaria no ano de 1902, afirmando que já havia melhorado muito quando comparado com o passado.

Outro ponto relevante na comparação das duas tabelas é a função de Vicente, pois em seu juramento consta que ele havia sido nomeado para a função de ajudante da Guarda Municipal, já na segunda tabela o cargo está descrito como sargento. Levantamos a hipótese de que talvez ele pudesse ter sido promovido no mesmo ano. O comandante coronel destaca em seu relatório que após o Coronel Francisco Oscar Karnal assumir o governo de Lajeado e realizar a reestruturação da Guarda Municipal, os integrantes desta instituição passaram a ser mais valorizados pela sociedade lajeadense.

Todo o pessoal tem cumprido os seus deveres satisfatoriamente, prestando importantes serviços, não só no policiamento do município, como auxiliando na diligencia da Guarda do Estado nesta região, tendo ainda há bem pouco tempo, demonstrado o seu valor, por ocasião da captura dos bandidos de Encantado, que alarmavam o respeito público. Portanto, o pouco pessoal que se compõe a guarda acha-se em condições boas para compreender e recrutar as ordens que lhe são inerentes (RELATÓRIO, 1902).

Contudo, o comandante queixava-se do número de praças que era de apenas dez, pois isso dificultava o trabalho da Guarda, já que deviam atuar em Lajeado e nos povoados de Arroio do Meio, São Gabriel e Encantado, todos estes habitados por três nacionalidades: brasileira, alemã e italiana. Deste modo, ele solicita mais cinco guardas e um cabo de guarda, mas salienta que mesmo com quinze soldados, ainda será difícil realizar a segurança de todo o município (RELATÓRIO, 1902).

No que se refere ao armamento, o comandante não hesitou em reclamar ao intendente:

Sei que não escapa ao vosso lúcido espírito, que o armamento constitui a base das forças. Pode-se dizer que a Guarda Municipal não se acha suficientemente armada, muito embora a Intendência possua de sobra armas de sistema “Camblain” para cavalaria, com os respectivos cartuchos, mas é armamento próprio para a guerra e seu grande valor hoje, diante do aperfeiçoamento porque tem passado até as armas de caça (RELATÓRIO, 1902).

O relator ainda solicitou o fornecimento de pistolas para os praças realizarem patrulhas, invasões de domicílio e até mesmo viagens de longa distância⁹, visto que as clarinas não eram apropriadas para as ações citadas. Além disso, a Guarda Municipal possuía apenas seis espadas de ferro e seis baionetas, ou seja, não havia armamento para todos os integrantes desta ordem, o que dificultava ainda mais o trabalho. O comandante destaca que seria imprescindível que a Guarda Municipal recebesse o armamento solicitado.

Na disciplina e bom armamento de qualquer força, consiste o respeito às autoridades, à Lei e ao Direito, resultando disso, sem dúvida alguma, a paz, o trabalho e o progresso, porque todos, confiados na sólida garantia da ordem e de seus interesses, pelos agentes respectivos, entregam-se ao labor tranquilamente (RELATÓRIO, 1902).

Como se não bastasse a falta de armamento para o cumprimento dos seus serviços, havia ainda a falta de uniformes para os integrantes da Guarda Municipal de Lajeado. O comandante solicita a compra de pelo menos mais um uniforme para cada integrante da ordem, pois como havia apenas um exemplar para cada, em dias de chuva as roupas ficavam molhadas e sujas de lama, e os soldados não podiam trocar o uniforme porque não havia outro (RELATÓRIO, 1902).

Os soldados da Guarda Municipal poderiam realizar o seu trabalho por meio de montarias, contudo faltava o arreamento para que eles pudessem montar. Adolfo Schreiner relata ainda que alguns soldados completaram o material necessário para a realização da montaria com arreios particulares, como Francisco Antônio da Silva (cabo assistente), Leandro Marques da Rocha (guarda), Manoel da Silva (guarda), Antônio Bernardo da Costa (guarda) e Theodoro Honorato de Souza (guarda) (RELATÓRIO, 1902).

Para poder completar o arreamento de toda a Guarda, o comandante requereu ao intendente uma verba de cerca de quinhentos mil réis para a aquisição de algumas peças que faltavam e realização de concertos. No que se refere à montaria, a Guarda Municipal possuía cerca de oito mulas, quatro burros e apenas um cavalo, a maioria classificados como de boa condição, visto que eram de pouca idade.

Por fim, o comandante destaca que ao que tange à disciplina dos soldados ele não tinha grandes problemas, apenas faltas leves que foram resolvidas com pequenos castigos. Havia apenas o caso de Adálio Antônio Alves, que teve que ser dispensado no mês de outubro por falta de atenção para com o sargento-ajudante.

⁹ Destaca-se que neste período era comum que os integrantes das Guardas Municipais realizassem viagens longas para levar pessoas doentes para os hospitais da capital.

O PAPEL DA GUARDA MUNICIPAL

Ao realizarmos leituras referentes à Guarda Municipal nos deparamos com diversos trabalhos que abordam a atuação desta instituição nos dias atuais, sendo que, o objetivo central em grande parte destes estudos está relacionado à identidade do grupo, isto é, quais são as funções e quais os campos de atuação dos indivíduos que integram a Guarda? Deste modo, fundamentados em Vieira et al (2002, p. 43), objetivamos compreender se no passado essa identidade existia, uma vez que “o que se busca no passado é algo que pode até ter-se perdido nesse passado, mas que se coloca nesse presente como questão não resolvida”.

Com base nisso, ao analisar esta documentação, percebemos a falta de condições de trabalho dos soldados integrantes da Guarda Municipal de Lajeado, pois lhe faltavam guardas, armamentos, material para montar e uniformes. O que nos leva a questionar: como estes soldados enxergavam a si próprios em meio a essa falta de condições de trabalho?

É difícil obter resposta para esse questionamento, mas é possível que estes não se sentissem valorizados pelos cidadãos e nem mesmo pela Intendência, pelo menos até 1902 quando começaram a ocorrer pequenas melhorias na organização desta força. E isto é perceptível no relato do comandante quando afirma:

Como é geralmente recebido, a Guarda Municipal, antes da vossa administração, era apenas uma meia dúzia de homens, em absoluto, ignoravam o verdadeiro papel de uma Guarda encarregada de zelar pela tranquilidade dos habitantes e qual o fim para que o município dependia com esse número de homens, sem quartel suficiente, sem fardamento e sem regime definitivo (RELATÓRIO, 1902).

O comandante salienta que antes de 1902, os próprios integrantes desta força não sabiam ao certo qual a sua função como soldados da Guarda Municipal. Neste caso, se os próprios soldados não sabiam o que deveriam fazer, podemos interpretar que a população lajeadense também não soubesse, causando constante desrespeito a essa ordem como suscitado no relatório.

Esse cenário teria se modificado a partir do ano em que o coronel Francisco Oscar Karnal assumiu a Intendência do município, pois com a sua atenção prestada para a reorganização desta força, o grupo passou a ser melhor quisto pelas autoridades e, possivelmente, pelos cidadãos, recebendo maior confiança destes. É claro que, ao realizarmos esta análise, devemos ter o cuidado de perceber que ao escrever este relatório, o comandante estava remetendo-se ao seu superior, neste caso o intendente, por isso, não deveria apenas realizar reclamações, mas também elogiá-lo, em vista de que o seu emprego estava nas mãos do intendente. A partir desta problematização é possível que as melhorias

não tenham representado uma alteração substancial da estrutura e imagem do grupo.

Ainda discorrendo sobre a atuação da Guarda Municipal percebe-se, ao longo da análise do relatório de 1902, que as principais preocupações desta força eram manter a “ordem” e a “moral” do município para que ocorra o “progresso”. Como o próprio comandante descreveu em seu relatório, uma das principais funções desta ordem era zelar pela tranquilidade dos habitantes deste município. É neste momento que nos utilizamos do paradigma indiciário, pois buscamos na documentação “pequenas pistas” ou evidências que podem passar despercebidas por alguns pesquisadores, mas que para nós comprova a hipótese inicial.

Manter a ordem, a moral e a tranquilidade da população era o principal ideal da política positivista, adotada por Júlio de Castilhos e posteriormente seguida com ênfase por Borges de Medeiros, o presidente do Rio Grande do Sul no ano de 1902. Como já destacado anteriormente, a Constituição castilhista realizada no ano de 1891 prezava inteiramente pela garantia da ordem e progresso da sociedade gaúcha (TRINDADE, 2007).

Portanto, as atuações dos efetivos policiais eram imprescindíveis para manter o projeto positivista seguido por Castilhos e Borges. Deste modo, a Guarda Municipal teve significativa importância para assegurar a “tranqüilidade” das cidades. Entende-se por manter a “tranqüilidade” da população, o zelo pelos bens públicos, levar bêbados para casa, prender arruaceiros, ou seja, qualquer sujeito que pudesse interferir na ordem da cidade deveria receber o castigo necessário.

É possível reconhecer neste cenário descrito, o que Foucault (2013) chama de “poder em rede”, ou seja, o poder exercido aqui não é exercido apenas pelo governo castilhista ou borgista, mas está em cadeia. A instituição Estado exerce o poder sobre os corpos policiais que refletem o seu poder na sociedade, instituindo o que se denomina de “verdade”, isto é, a busca pelo progresso só ocorre se os cidadãos possuírem moral, acontecendo a dominação desses corpos.

Destaca-se que para Foucault (2013) o poder não é exercido por uma instituição, mas pelos sujeitos que em alguns momentos podem dominar e em outros serem os dominados. Neste sentido, podemos destacar que nesta busca pelo progresso do Rio Grande do Sul muitos foram os presos políticos, contrários ao PRR e aqueles que não se encaixavam neste perfil considerado ideal pelos republicanos. Assim, muitos cidadãos também auxiliaram na vigia das suas cidades, denunciando às autoridades quem fosse “imoral”, deste modo, aquele que em certas ocasiões é dominado, em outras pode dominar.

Sendo assim, neste período, o que era estar dentro da moral e ordem desejada pelas autoridades? Ser a favor do PRR, ou seja, não ser um “inimigo político”. Ser um cidadão disposto a trabalhar em prol do desenvolvimento da

sua cidade e do Estado, pois o Brasil estava tentando se encaixar no sistema econômico capitalista.

Deste modo, aqueles que não estavam dispostos a fazer parte disso eram considerados pessoas imorais e que deveriam ser segregadas para não atrapalhar o desenvolvimento. Temos como exemplo dessa concepção, a “limpeza” que fora realizada na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, quando os pobres foram excluídos da cidade e enviados para as periferias, os mendigos foram expulsos, assim como as prostitutas e os considerados doentes mentais, ou seja, as pessoas que não serviam para o desenvolvimento do capitalismo e de um espaço moderno pretendido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Guardas Municipais foram paulatinamente formadas desde o período imperial, não sem dificuldades, como não saber ao certo para o que serviam de fato. Mas foi no início da República que esta instituição ganhou força, visto que tinham o objetivo de assegurar a tranquilidade e moralidade das cidades, ou seja, evitar que alguns sujeitos pudessem dar “mau exemplo” à população.

No Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos ao escrever a Constituição de 1891 passou a responsabilidade da segurança pública para as intendências, fundando-se assim em cada cidade uma Guarda Municipal. Ao longo desta pesquisa foi possível perceber a ligação que essa ordem policial tinha com o projeto positivista do PRR, que objetivava assegurar a ordem e a moral dos cidadãos para que o Estado pudesse progredir.

Todavia, mesmo que essa instituição tivesse um papel determinante para assegurar a tranquilidade dos cidadãos, percebeu-se que muitos de seus integrantes não sabiam ao certo qual era a sua função. É o caso relatado pelo comandante da Guarda Municipal de Lajeado que afirmou em seu relatório que muitos de seus soldados não sabiam qual era a sua função. Poderia ser consequência do fato dos praças serem voluntários e não sujeitos treinados e contratados para os cargos. Além disso, o que culminou para essa desinformação dos soldados foi a pouca importância que as autoridades municipais deram a esse corpo policial, principalmente no que tange a financiamento de equipamentos para o exercício de suas funções, como falta de armamentos, munições e uniformes.

Por fim, compreendemos que na teoria as Guardas Municipais teriam um papel fundamental para a imposição do projeto positivista no Rio Grande do Sul, entretanto, na prática, não teria ocorrido como planejado, por falta de preparo das autoridades e por insuficiência orçamentária.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Ângela. De positivismo e positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. In: TRINDADE, Héglio. **O positivismo: teoria e prática**: sesquicentário da morte de Augusto Comte. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 147-177.
- BRASIL, Constituição (1891). **Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil**. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1211291541174218181901.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2015.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CAMPOS, William Sergio Antunes. **A Guarda Municipal no contexto da segurança pública integrada**: desafios e perspectivas no exercício funcional frente à demanda por segurança e proteção do cidadão. 2013. f. 102. Trabalho de Conclusão (Graduação em Gestão Pública). UFRJ.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CRUZ, Gleice Bello da. A historicidade da Segurança Pública no Brasil e os desafios da participação popular. In: **Cadernos de Segurança Pública**. Ano 5. Nº 4, 2013. p. 1-9.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008.
- FILHO, Arlindo Palassi. História Militar: Novos Rumos da Produção Historiográfica no Brasil. **História e-História**, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2013.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- JÚNIOR, Wilson Klippel Sochonany. **A Guarda Municipal e sua função**. 2013. f. 133. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter, Porto Alegre.
- JURAMENTO Nº 3 – Livro para lançar termos de compromisso do Município de Lajeado (1893-1907). **Arquivo Histórico Municipal**, Lajeado: Códice 45.
- JURAMENTO Nº 9 - Livro para lançar termos de compromisso do Município de Lajeado (1893-1907). **Arquivo Histórico Municipal**, Lajeado: Códice 45.

JURAMENTO Nº 18 - Livro para lançar termos de compromisso do Município de Lajeado (1893-1907). **Arquivo Histórico Municipal**, Lajeado: Códice 45.

JURAMENTO Nº 20 - Livro para lançar termos de compromisso do Município de Lajeado (1893-1907). **Arquivo Histórico Municipal**, Lajeado: Códice 45.

JURAMENTO Nº 47 - Livro para lançar termos de compromisso do Município de Lajeado (1893-1907). **Arquivo Histórico Municipal**, Lajeado: Códice 45.

JURAMENTO Nº 53 - Livro para lançar termos de compromisso do Município de Lajeado (1893-1907). **Arquivo Histórico Municipal**, Lajeado: Códice 45.

JURAMENTO Nº 57 - Livro para lançar termos de compromisso do Município de Lajeado (1893-1907). **Arquivo Histórico Municipal**, Lajeado: Códice 45.

JURAMENTO Nº 67 - Livro para lançar termos de compromisso do Município de Lajeado (1893-1907). **Arquivo Histórico Municipal**, Lajeado: Códice 45.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1980.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural. **Revista Eletrônica História em Reflexão (UFGD)**, v. 02, p. 4, 2008.

MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.

_____. **Dizendo-se Autoridade: Polícia e Policiais em Porto Alegre, 1896-1929**. 284 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2011.

RELATÓRIO de 1902 – Relatório da Guarda Municipal de Lajeado. **Arquivo Histórico Municipal**, Lajeado: Documentação Avulsa – Correspondência Expedida - Diversos, Maço 1 e 2, 1902.

PACHECO, Ricardo Aguiar. Conservadorismo na tradição liberal: movimento republicano (1870 – 1889). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do RS – Império**. 2006. Cap: VI, p. 139-153.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **República Velha Gaúcha**. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1993.

_____. O corpo e a alma do mundo: a micro-história e a construção do passado. In: **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n.10, p. 179-190, 2004.

PICCOLO, Helga; VIZENTINI, Paulo. Contribuição para a interpretação do processo político-partidário sul-riograndense no Império. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS**, 1979, p.119-139.

SANTOS, Rafael José dos. **Antropologia para quem não vai ser antropólogo**. Porto Alegre: Edição do autor, 2005.

SCHIERHOLDT, José Alfredo. **Revolução Federalista no Vale do Taquari**. Lajeado: Grupo Cartel, 1989.

_____. **Lajeado I**. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SILVA, Wellington Barbosa da. A Guarda Urbana no Brasil Império: o caso do Recife (1876-1889). In: **XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH 50 anos, 2011, São Paulo**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH. São Paulo, julho 2011. São Paulo: ANPUH - SP, 2011. v. 1. p. 1-16.

SOARES, Mozart Pereira. O positivismo no Rio Grande do Sul. In: TRINDADE, Hélió. **O positivismo: teoria e prática: sesquicentário da morte de Augusto Comte**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 357-390.

TRINDADE, Hélió. O jacobinismo castilhistas e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul. **O positivismo: teoria e prática: sesquicentário da morte de Augusto Comte**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 485-500.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Editora Ática, 2002.